

A comemoração do cinquentenário de Chapecó (1967)*

*Eloisa Rosalen***

Resumo

No ano de 1967 - em virtude da sua fundação em 1917 - no município de Chapecó, foram realizados os festejos relativos à comemoração de seu cinquentenário, em que aconteceu uma série de atividades ao longo do ano, como um baile de gala no Clube Recreativo Chapecoense (CRC) com a coroação da Rainha do Cinquentenário, a 1º edição da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI) e a edição do *Álbum do Cinquentenário*. Desta forma, este artigo tem o objetivo principal de apresentar e problematizar a comemoração do cinquentenário do município de Chapecó, no ano de 1967, e de entender o processo de transformação da memória coletiva de determinado grupo social em memória oficial do município, esta, por sua vez, permeada de discursos ideológicos; Para assim refletir como se deu a propagação dessa memória, que influenciou por muito tempo toda a forma de se pensar o passado desse município.

Palavras-chave: Memória. Cinquentenário. Chapecó.

Inicialmente, tenho a intenção de expor um pequeno debate teórico a respeito de memória, do enlace que existe entre memória e história, o significado das comemorações (enquanto ponto alto da construção da memória), e a oficialização da memória, a fim de melhor se pensar o quanto o passado é utilizado em função do presente, e na busca de um futuro e, também, o quanto este passado exaltado serve para configurar uma boa identidade.

Posteriormente, comentarei especificamente sobre a comemoração do cinquentenário, utilizando como fonte principal o *Álbum do Cinquentenário*, pois, a partir dele se permite visualizar como se dá a formulação de simbologias, discursos ideológicos, mitos (como o pioneiro), que deu cor e forma específicas ao passado do município de Chapecó.

Memória e História

Para um maior entendimento a respeito da comemoração do cinquentenário do município de Chapecó, se faz necessário *a priori* uma pequena explanação teórica a respeito do conceito de memória coletiva. Este é, sobretudo, um termo complexo, de ampla discussão e, de certo modo, difícil de fazer em síntese, apesar de necessária.

Aparentemente, entende-se por memória como o exercício de lembrar o passado, um recordar e reproduzir estas lembranças. Porém, definir a memória somente desta forma seria um erro.

O pesquisador italiano Paolo Jedlowski (2007 e 2005), ao estudar a questão da memória e interações sociais a partir de duas perspectivas – dimensões sociais inerentes à memória individual e à formação da memória coletiva -, define que no pensamento contemporâneo se “concebe a memória não como um depósito, mas como uma pluralidade de funções inter-relacionadas”. Isto é, “o que chamamos memória é uma complexa rede de atividade”, em que nunca o passado permanece “tal e qual” como aconteceu, mas que é constantemente “selecionado, filtrado e reestruturado nos termos colocados pelas perguntas e necessidades do presente, tanto a nível individual como a nível social.” (JEDLOWSKI, 2007, p. 34,

tradução nossa).

O pesquisador determina que aquilo que chamamos de memória é um campo de dialética temporal complexa, uma vez que o fluxo da vida determina o presente, ao mesmo tempo que o presente dá forma ao nosso passado, ao organizar, reconstruir e interpretar, e não sem qualquer projeto para o futuro.

Jedlowski (2007) comentou, com base em Frederic C. Bartlett e Maurice Halbwachs, que a memória individual tem uma forte ligação com as interações sociais, e que a linguagem é o elemento crucial para que exista esta relação, dependendo de modo substancial do “indivíduo” ao seu “círculo social”. Assim, ele conclui que é difícil considerar ‘real’ aquilo que ninguém em volta considera desse jeito. Da mesma forma, a recordação que ninguém lembra, ou que se lembra de outra maneira.

No que diz respeito às memórias coletivas, elas não nascem e vivem em modo diverso que não nas interações sociais. Ele define a memória coletiva como:

[...] o conjunto de representações sobre o passado que cada grupo social produz, institucionaliza, preserva e transmite entre os seus membros: mas nenhuma dessas atividades pode acontecer sem a interação social desses mesmos membros entre eles. (JEDLOWSKI, 2005, p. 34, tradução nossa).

Maurice Halbwachs (1990) - que foi base para todos os teóricos a respeito do conceito de memória coletiva – sobre a definição deste conceito - comenta que a memória coletiva de um grupo está diretamente relacionada com o espaço e o tempo. Isto é, a memória do grupo social, que vai ser apresentada nos itens a seguir, que foi exposta na comemoração do cinquentenário, está ligada às pessoas que vivenciaram os “primeiros tempos” de Chapecó (espaço), e que, naquele momento (tempo), lembram e tentam “resgatar” o seu passado e o passado do município – lembrando que o individual e coletivo interagem.

Jedlowski (2007) comenta que o caráter comunicativo é, sobretu-

do, um ponto importante do processo de produção, transmissão, e do recebimento de certas mensagens. E sublinha que a relação que existe entre memória coletiva e relações de poderes é um dos temas pela qual a pesquisa sociológica mais se desenvolveu. Motivada, segundo ele:

[...] principalmente sob a forma de análise dos processos de seleção e interpretação do passado que culminam com a comemoração. As representações coletivas do passado de um grupo servem, de fato, para legitimar as crenças deste mesmo grupo e para inspirarem os projetos, legitimando assim as elites que os encarnam. (JEDLOWSKI, 2007, p. 35, tradução nossa).

Desta forma, segundo este pesquisador, quanto mais a sociedade é complexa, mais as definições do passado são objeto de negociações e conflitos, em que as interações sociais desenvolvem um papel ainda mais importante, afinal, as representações do passado são colocadas em questão entre atores em competição. Assim, as memórias coletivas interagem no âmbito público, com o objetivo de exercer uma hegemonia sobre a sociedade no seu conjunto, não sem que as memórias locais manifestem uma resistência.

Neste sentido, Paolo Jedlowski (2007) define que a “elaboração” é uma modalidade particular do trabalho mnemônico que advém a partir de duas questões: 1º) em relação ao funcionamento espontâneo dos mecanismos do esquecimento, que tende a descartar tudo o que é problemático; 2º) relacionado aos mecanismos deliberados pelas vontades políticas, que tendem a dar a memória coletiva a serviço da construção de uma “boa identidade”. Lembrando que tais trabalhos querem tanto elaborar uma gênese do passado quanto uma compreensão para orientar-se no futuro.

Jacques Le Goff, também ao falar de memória (com base em estudos realizados pela psicologia), em relação à recordação, esquecimento e manipulações conscientes e inconscientes, argumenta que:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais

pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990. p. 426).

Michel Pollak, em seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio*, que também analisa questões relacionadas a este tema, comenta que existe uma inversão recente acerca dos estudos de memória: com base em uma perspectiva construtivista, não se trata mais de analisar os fatos como coisas, mas como os fatos sociais se tornam coisas. Em outras palavras, conforme Pollak (1986, p. 4) “Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”.

Este mesmo autor comenta sobre a existência de memórias em disputas e sobre o aparecimento público das memórias subterrâneas. E assim, entra na questão do “não-dito” e explica o quanto existem memórias, em oposição às memórias nacionais, que são proibidas, indizíveis, ou vergonhosas, as quais “são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1986, p. 8). E que, por consequência, existem nas lembranças zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. Porém, os limites entre o dizível, aquilo não contado e o esquecimento total estão em constante mudança. Portanto, conforme Pollak:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. (POLLAK, 1986, p. 8).

É a partir da argumentação teórica deste autor, que, inicialmente, pensei meu objeto de pesquisa: no início, procurar o discurso unificador, que afirmou como certa e única a memória coletiva, oficializada por certo grupo social/étnico (para quem sabe em um projeto futuro procurar entender a memória em disputa nesta região), e entender o momento favorável (comemoração do cinquentenário) em que se deu esta retomada do passado, uma vez que esta foi a primeira vez em que se passou a pensar o processo da colonização e a se contar isso através das memórias ligados ao poder público local.

Pollak (1986) comenta que estudar as memórias coletivas fortemente constituídas (como no caso da nacional) implica, sobretudo, na análise da sua função, haja vista que a memória se integra em tentativas de definir ou reforçar o sentimento de “pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1986, p. 9). Segundo este autor:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1986, p. 9).

Desta forma, ele expõe o conceito de enquadramento da memória, isto é, a oficialização de uma memória coletiva, utilizando-se de materiais da história, a fim de manter uma “coesão interna” e determinar “as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1986, p. 9).

Esta oficialização pode ser realizada a partir de iniciativas públicas (como o Estado), mas também privadas (como filmes, documentários etc.), fazendo sentido à sociedade enquadrada e, em alguns casos, sem qualquer tipo de arbitrariedade e que satisfaça as exigências de sua justificativa. Pensando ainda, segundo Pollak (1986, p. 10), de que “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”.

O que, de fato, acontece em Chapecó com a comemoração do cinquentenário, a memória coletiva de um grupo social é enquadrada, oficializada e contada como a única existente no município, o que

fez com que ela tenha uma certa credibilidade, que as outras não têm. E que se apague tudo aquilo que não faz parte deste enquadramento.

A pesquisadora Helenice Rodrigues da Silva (2002) comenta, da mesma forma que Paolo Jedlowski (2005, 2007), - a partir da relação entre memória individual e memória coletiva e das análises dos estudiosos Paul Ricoeur e Maurice Halbwachs -, que a memória pública e a privada se instauram e se cruzam mutuamente, e que é necessário levar em consideração esta dupla dimensão para se examinar com atenção as especificidades da memória, como por exemplo: a sua fragilidade e seus abusos. Já que para esta autora:

Objeto de manipulações freqüentes (de ordem política e ideológica), a memória (individual e coletiva) passa, assim, a integrar o 'território do historiador'. Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o 'recalque', o 'luto') e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio, etc.), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe a tarefa da apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado. (SILVA, 2002, p. 426-427).

Apesar das várias semelhanças entre história e memória, elas não são sinônimas. Ambas servem-se do tempo já decorrido em função do presente. Mas, segundo Antonie Prost (2008), ao falar da questão do tempo com relação à história, "o tempo da memória nunca pode ser inteiramente objetivado, colocado à distância" como na história, uma vez que, segundo Halbwachs, o tempo de uma memória dura o tempo da vida de uma pessoa, que pode contá-la, e este aspecto é que irá dar a sua força, pois nunca se revive sem uma carga afetiva.

Assim, pode-se pensar que a história não é memória. A memória (individual ou coletiva, isto é, de um grupo) é um objeto de estudo a fim de melhor se entender o passado a partir das experiências humanas. Já a história é construir um objeto científico, é historicizar

a memória.

Neste sentido, para Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva não pode ser confundida com história, pois:

[...] A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança sub-existe, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes do passado, para que se tivesse oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Já que memória coletiva não pode ser vista como história e que, ainda segundo Halbwachs (1990, p. 81), a primeira “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Por definição, ele não ultrapassa os limites deste grupo”, este artigo quer entender como se deu, com base na discussão teórica aqui apresentada, a utilização de memória coletiva de determinado grupo social, apresentada na comemoração do cinquentenário em 1967, que colocou em questão os heróis (tidos como vultos e ou desbravadores), e como esta cristalização de memória apresentou determinados grupos étnicos fora da história oficial do município.

A comemoração do Cinquentenário

No ano de 1967, no município de Chapecó, se deu a comemoração do cinquentenário da fundação deste município, com atividades no ano todo, principalmente no mês de setembro. Em virtude

desta data, foram organizadas as atividades que tiveram como objetivo principal trazer à tona as lembranças do passado do município, comemorar a implantação do mesmo e seus cinquenta anos, e trazer à luz as memórias das pessoas que viveram este processo. Elas foram organizadas por uma comissão da Sociedade dos Amigos de Chapecó (SAC) presidida pelo Sr. Sadi José de Marco, então prefeito da cidade.

Com a comemoração, organizou-se um *Álbum do Cinquentenário*, um baile comemorativo de gala no Clube Recreativo Chapecoense (Folha d'Oeste, p. 01, 29 de abril de 1967) com a coroação da Rainha do Cinquentenário¹, a 1ª edição da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI) - ainda presente nos dias atuais - , uma gincana estudantil, e uma série de obras de melhorias e ornamentação da cidade (Folha d'Oeste, p. 04, 20 de maio de 1967).

A pesquisadora Helenice Rodrigues da Silva (2002), ao abordar os mecanismos das apropriações dos tempos históricos e os processos de construção e de transmissão de uma memória social, comenta que o poder político procura no passado uma legitimidade histórica a fim de consolidar a memória coletiva, em busca de um consenso nacional. Este processo se dá normalmente em acontecimentos rememorados, que, além da busca do passado, visam sobretudo, o “devir”.

Com base no debate apresentado neste artigo acerca da memória, é possível comentar a respeito das comemorações que, conforme colocado pela autora supracitada, embasada em Halbwachs, “nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva” (SILVA, 2002, p. 428).

Entretanto, estas comemorações – como tantas outras coisas – são marcadas pela fragilidade e abusos da memória, isto é, por escolhas, seleções, busca de justificativas para discursos políticos e ideológicos. Assim, Helenice Rodrigues da Silva, afirma que:

A fragilidade da memória (individual e/ou coletiva)

nas histórias nacionais é passível de leituras distintas. Se em determinados países, como na França, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das numerosas comemorações de datas históricas e pelas múltiplas ‘rememorações’ individuais, pode dar margem a abusos, em contrapartida, em países totalitários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. Em ambos os casos, os abusos da memória são perceptíveis. Ao lado de um trabalho da lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, visando a um justo equilíbrio da distância temporal, torna-se portanto, segundo Ricoeur, inevitável. Desse modo, a história se confronta, por um lado com a fragilidade afetiva da memória; por outro, com seus abusos vinculados às manipulações da história. (SILVA, 2002, p. 428).

Neste sentido, esta mesma autora comenta que, com base no livro *Os abusos da memória* de Tzvetan Todorov, os abusos da memória estão completamente ligados às perturbações e às feridas da identidade de um povo. Sendo que estes abusos “remetem à confrontação de uma identidade em relação ao tempo e ao Outro” (SILVA, 2002, p. 431), e que, ao lado destas feridas – que são muitas vezes simbólicas –, encontra-se a violência efetiva. Desta forma, a autora afirma que:

Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, lembra Ricoeur, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações. (SILVA, 2002, p. 431).

Logo, as comemorações nacionais são exemplos importantes, “uma vez que elas são objetos de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.)” (SILVA, 2002, p. 432), e que o uso das seleções de memória tem a própria função de impedir o esquecimento. Assim:

Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos '500 anos do Brasil', os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o 'paraíso tropical' e o 'país do futuro'). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional.

Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa 'rememoração' de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal.

(SILVA, 2002, p. 432).

Contudo, comemorar significa privilegiar certos assuntos e silenciar outros, a fim de se criar um consenso sobre o passado no presente vivido pela comemoração e se pensar um devir a partir da imagem positiva criada. Um exemplo disso, que foi mencionado por Helenice Rodrigues da Silva, foi a comemoração dos 500 anos do Brasil, em que a origem da nação foi apresentada com a chegada dos portugueses a este país, silenciando a existência de grupos indígenas que existiam anteriormente e voltando o discurso em direção ao futuro.

Portanto, a comemoração do cinquentenário de Chapecó no ano de 1967 buscou, com base na memória de determinado grupo social, um consenso regional para este município. Esta cristalização da memória foi determinante, pois influenciou na forma de se pensar a história e nas relações sociais deste município até os dias atuais, uma vez que existem poucos questionamentos acerca desta oficialização da memória.

Desta forma, no próximo subtópico, será analisado o *Álbum do Cinquentenário* (que apresentou de forma mais contundente esta questão, e servirá de exemplo) e assim será apresentado de modo mais específico, a partir do ato de comemoração, como se deu este enquadramento aparentemente unânime da memória, e a imagem

que se cria do passado no ano de 1967.

Álbum do cinquentenário

O *Álbum do cinquentenário* consiste em um caderno sem numeração de páginas que foi produzido em virtude da comemoração dos cinquenta anos da fundação do município, pela Prefeitura Municipal. E também no melhor exemplo para demonstrar como se elaboraram os discursos com esta comemoração.

Começa com uma capa que apresenta a fotografia da “Rainha do Cinquentenário”, sem o seu respectivo nome, e o subtítulo: “Documentário Histórico” (ver figura 1). O que, de certa forma, apresenta o motivo pelo qual ele foi produzido, isto é, com a função de “resgatar” o passado dos cinquenta anos da cidade. Além disso, está impressa uma imagem que foi desenvolvida por Wesley D’Ávila e que se tornou selo (Folha d’Oeste, p. 01, 29 de abril de 1967)².

Figura 01 - Capa do *Álbum do Cinquentenário*: Documentário histórico



Fonte: Arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó).

Uma segunda parte do *Álbum* contém fotos de representantes políticos: primeiro o Secretário dos Negócios do Oeste, que então era o Sr. Serafim Enoss Bertaso³, o prefeito de Chapecó Sr. Sadi José De Marco, na seguinte a foto do Reverendíssimo Don Wilson Laus Shmidt, então Bispo da Diocese de Chapecó, e na última página desta parte novamente a fotografia da Rainha do Cinquentenário, Srta. Elaine Poletto, com alguns detalhes sobre a sua escolha através de um Baile Comemorativo do Cinquentenário realizado em 24 de agosto de 1967. Na oportunidade em que também foi eleita a Rainha do Oeste Catarinense, Srta. Dione Stoffel, que está na última página desta parte fotográfica.

O que é interessante comentar sobre as fotos é que mesmo o Sr. Serafim e o Sr. Sadi sendo de partidos políticos diferentes e por muitos anos de oposição, nos últimos anos eles eram aliados políticos, o que de certa forma pôde ser visto aqui, com a inclusão das fotos dos dois no *Álbum* (ver HASS, 1997).

Em um segundo momento, o referido caderno apresenta os *Aspectos Históricos* do município. Inicialmente, apresenta datas que de alguma forma influenciaram na fundação deste município, como: a chegada dos primeiros homens brancos, o primeiro contato entre homem branco e o grupo indígena, o Tratado de Madrid, a disputa de terras entre Brasil e Argentina, a disputa interna da região (entre os municípios e os estados no Paraná e Santa Catarina), a criação do município, e, por fim, a questão da transferência da sede do mesmo (que foi alvo de polêmica dos anos de 1919 até 1931).

Trata-se, sobretudo de um texto que busca expor a 'origem' do município, a fim de colocar o município na "história", em virtude da comemoração do cinquentenário, e de utilizar-se desta mesma história como fundamentação para um discurso ideológico. Este discurso é carregado em vários trechos, como podemos citar o início do texto: "O primeiro acontecimento que pôs Chapecó ou a sua região em contato com o *mundo civilizado* foi, sem dúvida [...]" (*Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967*, grifo meu).

Posteriormente, é dedicada uma parte aos *Aspectos Políticos*, em que são apresentadas as primeiras eleições entre 1912 a 1919, que

ocorreram no município e antes quando a região fazia parte do Município de Palmas.

Nesta mesma parte, além de outras coisas, há um subtópico denominando *O município*, em que é apresentado como foram os primeiros anos da vida política e administrativa, as dificuldades iniciais, sobre os mandos e desmandos e interferência política de fora, em relação às nomeações do prefeito e superintendente regional (os desgastes que a prefeitura sofria) e as dificuldades do poder público em manter a vigilância, atribuindo os problemas à falta de comunicação e às dificuldades de locomoção.

Nesta parte também, inicia-se, em um determinado momento, a se falar da colonização, a partir da chegada da Empresa Colonizadora Bertaso, exaltando que foi o “espírito de luta e abnegado ao trabalho dos primeiros habitantes é que se deve Chapecó o progresso e a prosperidade atuais” (Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967).

Os textos a seguir, publicados parcialmente no álbum, são do engenheiro Wanceslau de Souza Breves⁴, que atuou em Chapecó de 1920-1924 como auxiliar da *Comissão Técnica Discriminadora de Terra*, a pedido de Aldolfo Konder (Secretário da Fazenda, Viação, Agricultura e Obras Públicas).

O álbum, inicialmente, traz o texto denominado *O regime de trabalho e a alimentação*⁵, em que começa apresentando os caboclos como atrasados na agricultura, pois, segundo Wanceslau, não conheciam nenhum equipamento agrícola, como a enxada, picareta, pás etc.

Após a narrativa ele expõe que, em virtude da abertura da estrada de Passo Goyo-Em a Passo dos Índios por parte da Empresa Colonizadora Bertaso, a empresa teve que buscar trabalhadores em Cruzeiro e no Rio Grande do Sul, porque ninguém dos que já estavam na região queriam aprender a utilizar estes equipamentos. Assim, Wanceslau conclui que:

Se retirarmos certas ferramentas que usavam: foice, machados, facões; alguns animais domésticos: cavalos, porcos, galinhas; os vestuários e utensílios que podiam adquirir; o uso do fósforo, do fumo e de armas de fogo,

a vida desses caboclos se assemelha bastante à dos índios do litoral nordestino, como os encontramos por ocasião do descobrimento. (Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967).

Ele continua falando do caboclo: sobre a sua miséria, a “desolação” da falta de práticas agrícolas, os ranchos pobres destes indivíduos, a alimentação primitiva que possuíam e a “vida miserável” que viviam.

Dando continuidade a esta parte, está inserida uma pequena introdução informando que “como consequência lógica da colonização [...] se deu o desbravamento do sertão chapecoense”, assinalando que foi graças “ao espírito de luta e abnegado trabalho dos primeiros habitantes é que se deve o progresso e a prosperidade atuais” (Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967). Já expressando quem é considerado o pioneiro da região, aquele que “trabalha”. Os “primeiros habitantes” que são tidos como “gente”: os colonizadores.

Em um segundo momento, o *Álbum* traz uma segunda narrativa de Wanceslau de Souza Breves. Trata-se do texto denominado neste álbum como *A Aversão a Colonização*. Esta narrativa, também escrita em primeira pessoa, é parte mais interessante deste álbum. Inicia retratando o impasse que se dá entre o caboclo e o agente do governo, a respeito da posse da terra. Breves explica que:

Deus sabe a luta insana que tínhamos para explicar a eles que o Governo não podia dar terras, que a lei não permitia isso. Podia apenas vendê-las por preço barato e a prazo longo. Achavam que o governo podia tudo e que, em parte, eu, seu agente, era o culpado de não serem atendidos. (Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967).

O texto continua comentando sobre a diferença que existia entre o caboclo e o imigrante estrangeiro no que diz respeito ao trabalho, e justifica que o caboclo sentia uma espécie de “inveja” pela organização e prosperidade do imigrante, o que fez com que este sentisse a necessidade de migrar.

A narrativa relata a história de um embate sobre as terras, entre migrantes italianos e caboclos na região de Faxinal dos Tigres (hoje município de Guatambu), onde os italianos possuíam a propriedade da terra, mas não poderiam usufruí-la, pois os mais de 200 “posseiros” (“provenientes do Rio Grande”, e “foragidos da Justiça daquele Estado”) impediam que se realizasse qualquer atividade.

Para resolver o fato, o Sr. Wanceslau de Souza Breves sugeriu aos italianos que entrassem com um pedido na justiça e que solicitassem uma verificação da demarcação da propriedade (que, segundo Breves, a eles eram legítimas, pois possuíam todos os documentos da mesma). O próprio Breves marcou uma audiência no local ao meio-dia, contando que ao chegar neste horário, se deparou com 80 caboclos embriagados.

O desfecho deste episódio se deu, é obvio, em favor dos italianos. Mas Breves ainda narra que após disso, acontece uma invasão do acampamento onde ele se encontrava, e que cena era de “Far-west”. Ao final da invasão, Breves (o narrador e também participante) diz aos mais de 30 caboclos (armados e embriagados, como faz questão de ressaltar) que a demarcação irá acontecer, mesmo que para isso tenha que pedir auxílio de força.

Os caboclos desistiram da invasão do acampamento e Breves contou que, para garantir o direito de propriedade aos colonos migrantes, acionou o *Diretor de Terras e o Delegado Especial* (que nada mais era do que o Sr. Manoel Passos Maia, ex-sócio do Sr. Ernesto Bertaso, proprietário da empresa colonizadora).

O epílogo se deu com a concessão do “direito” ao caboclo de adquirir as terras, que eles habitavam, pelo preço que o governo vendia. Depois de um mês do ocorrido, Breves marca mais uma audiência (às oito horas da manhã para evitar, segundo ele, que nenhum caboclo estivesse embriagado) na qual ofereceu a venda das terras e conclui que das “duzentas famílias apenas cinco declararam querer comprar as terras que ocupavam. Os restantes queriam continuar naquele regime de intrusamento e declararam que pretendiam mudar-se” (Álbum do Cinquentenário de Chapecó, 1967).

O pesquisador Alceu Werlang (2006) - que pesquisou a atuação

da colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil - comenta que era uma prática muito comum da empresa (então estudada por ele) dar a oportunidade ao caboclo de adquirir a terra que ocupava. Porém, ainda segundo este autor, esta “oportunidade” era uma forma de expulsar o caboclo da área ocupada, a partir do momento que vencida a data de pagamento. Nos registros da companhia, este pesquisador constatou que enquanto o contrato de promessa de venda dos caboclos era assinado após os pagamentos, o dos migrantes eram entregues até mesmo sem qualquer entrada (WERLANG, 2006, p. 74).

Muito mais interessante que a narrativa e o desfecho do episódio, é visualizar a forma como este relato realizado por Wancelau de Souza Breves, que está compilado no *Álbum do Cinquentenário*, quer garantir certa oficialidade a alguns fatos. O caboclo é apresentado como o “foragido da justiça”, “embriagado”, sem o real direito à terra, e que tenta garantir (com arma e invasão) a sua permanência na região. Por outro lado, o italiano, com todos os “documentos corretos”, se vê ameaçado por “um bando de desordeiros”, e não consegue usufruir do seu direito de proprietário.

A fim de concluir a narrativa do trecho de Wanceslau de Souza Breves, expõe-se o seguinte texto:

Termina assim o relato de Wanceslau Breves. Não há como negar que não tenham sido difíceis os seus longos dias passados em Chapecó. Mas graças a homens da sua têmpera, dispostos a arrostar cometimentos de toda a espécie, é que se promovem as civilizações. Fatos como o acima citado eram a tônica da época. E marcada por acontecimentos desse gênero, contando não obstante o município com alguns homens de fibra, assim caminhou desde a sua fundação até a Revolução 30. (*Álbum do Cinquentenário de Chapecó, 1967*).

Como conclusão deste *Histórico do Álbum* são apresentados, em ordem cronológica, os prefeitos do município, como se deu a escolha dos mesmos (se foram nomeados ou eleitos), quanto tempo restaram no poder, se foram substituídos e por quem foram substituídos durante o mandato.

Neste histórico do município, apresentando no *Álbum*, é visível o relato oficial, permeado pela memória coletiva de determinado grupo social, sobre a ocupação de Chapecó que, principalmente, deu ênfase à instalação dos migrantes italianos, atribuindo uma imagem preconceituosa do caboclo, e que “quase” se esqueceu dos grupos indígenas.

Cabe destacar ainda, que neste texto, entre meio à página de propaganda, é dedicada uma página sobre a Empresa Ernesto F. Bertaso Ltda. Trata-se também de um pequeno histórico, que apresenta a área de colonização da empresa, o quadro societário e as atividades desenvolvidas pela mesma. Com o mesmo formato, é apresentada uma página sobre a religião, em que se deu ênfase à católica, onde foi exposta a quantidade de igrejas (católicas, e a evangélica), dando destaque a uma fotografia da Catedral Diocesana (inaugurada em 1954) e da Igreja Evangélica.

Entre tantas outras coisas, também é apresentado, sob o nome de *Vultos da História de Chapecó*, uma lista de nomes com um pequeno histórico em cada, a fim de nomear quem foram os “pioneiros” da região. Trata-se dos seguintes nomes (nesta ordem apresentados): Antonio Simão Cavalheiro, Cel. Manoel dos Santos Marinho, Coronel Ernesto F. Bertaso, Coronel Manoel Passos Maia, Dr. Selistre Antonio de Campos, Dr. Serafim E. Bertaso, Plínio Arlindo de Nés, Cid Loures Ribas, Paulo Marques, Lenoir Vargas Ferreira, Vicente Cunha, André Marafon, José de Miranda Ramos, Paulo Pasqualli, Pedro da Silva Maciel e João Destri.

O que se pretende aqui é tornar oficial a designação de pioneiros, as pessoas que fazem parte desta lista, a partir da publicação, da relação da memória individual deste personagem com a do surgimento do município. Um sistema muito comum que se deu em outras colônias de imigrantes, onde os primeiros a organizar as narrativas da região normalmente são pessoas da própria cidade, que contam as suas histórias. O que faz com que a memória individual da própria pessoa seja a própria história da cidade. E que não necessariamente são das primeiras pessoas a chegar à cidade, mas a das que, de alguma forma, estavam envolvidas com o poder público

vigente.

Ao final desta exposição, é dado destaque a outras pessoas. Porém, aqui somente são apresentados um pequeno texto e mencionado os sobrenomes. Segue o texto:

O número das pessoas dignas de menção especial em virtude de seus valiosos serviços prestados ao município é, sem dúvida, muito extenso. Seja no comércio, na indústria, na agricultura, ou mesmo na vida pública, Chapecó deve seu progresso a homens de real capacidade de trabalho, de verdadeiro espírito combativo; esforço e sua competição nas lutas de cada dia criaram para Chapecó invejáveis condições de vida humana e, porque não dizer, reais e legítimos fôros de um povo educado, enriquecido e feliz. – Para a conquista desses privilégios concorreram de modo decisivo famílias pioneiras e tradicionais tais como: Palma, Sperry, Tissiani, Sarquis, Mendes, Grando, Sperandio, Davi, De Marco, Baldissera, Lara, Scheffer, Destri, Blasi, Mattos, Franceschi, Rauen, Nicknich, Tessari, Cella, Marcon, Zandavalli, Bodaneze, Paludo, Giacomazzi, Ferronato, Favaretto, Matte, Dalla Rosa, Bordignon, Morandini, Breda, Menta, Batistello, Silveira, Noschang, Veiga, Gallina, Guindani, Fin, Colombi, Trombetta, Feroldi, Barella, Balista, Pelizza, Zeferino Aiolfi, Stolt, Zulzbach, Coletti, Moura, Carvalho, Porto, Cansian, Dal Piva, Damo, Trentin, Tozzo, Tomazzelli, Silvestre, Menegatti, Sotile, e muitas outras. – Chapecó deve o que é ao seu povo, à sua gente; gente que sempre soube trabalhar, que sempre soube lutar, jamais medindo esforços para o engrandecimento de sua terra. Muitos são os nomes vinculados à história do município e se entre eles muitos não são aqui lembrados é porque preferiram prestar seu concurso anonimamente, ou é porque, sem alarde dos serviços prestados, preferiram ver, no seu modo de agir, o simples cumprimento do dever. Gente de valor extraordinário, de probidade e de amor ao trabalho e de indormida constância, digna da maior admiração construtora que é de portentosa civilização. (Álbum do cinquentenário de Chapecó, 1967).

Esta última parte coloca sobrenomes de famílias que essencialmente não foram elencadas no primeiro item, e tenta, assim, dar uma ênfase de “segundo plano” para outros grupos de pessoas. Mas, apesar disso, não deixa de mencionar a “superioridade” de

certos homens de “bravura, coragem, e com muito trabalho” que fizeram de Chapecó uma cidade civilizada.

Aparentemente, parece haver uma distinção entre aqueles que foram lembrados com o nome, sobrenome e histórico, desses últimos em que foram aludidos somente com o sobrenome, o que exprime uma espécie de hierarquia de importância: muitos são lembrados, mas uns mais do que os outros.

O que é aqui citado trata-se de uma memória oficializada que tende a destacar aquilo que, de certa forma, representa o grupo político e étnico no poder. Isto é, foi feita referência ao caráter e ao espírito pioneiro associados a algumas pessoas que fazem parte de determinado grupo. Em contrapartida, outro grupo social foi negligenciado (indígena), e um terceiro (caboclo) foi representando de forma preconceituosa. A historiadora Arlene Renk (2006), ao analisar as representações dos brasileiros na região, argumentou que:

[...] Os **ex-posseiros** são reduzidos à condição de minoria (cf. BOTON,1979), a partir da fronteira de exclusão. Esta fronteira é traçada pela maioria, no caso, a **italiana**, definindo a categoria social a ser excluída: os **caboclos**; um grupo com **habitus** diferente, e com poder de impor a sua visão e representação do mundo. (RENK, 2006, p. 39).

Neste mesmo sentido, Jaci Poli (2006), que escreveu a respeito do caboclo enquanto pioneiro e marginalizado na região oeste, argumenta que, por conta da sua filosofia de vida, muito diferente da itálica, no que diz respeito ao processo de acumulação, este sujeito foi esquecido, e “sua passagem é, para muitos municípios, um demérito ou algo a ser omitido pela história oficial” (POLI, 2006, p. 169).

Neste sentido, ainda pôde ser visto a demonstração da ética do trabalho na narrativa aqui apresentada, uma vez que o caboclo é visto como o “vagabundo” e “beberão”, diferentemente do italiano: “homem de boa fé” (que havia adquirido as terras mediante a compra) e que era impedido de ‘trabalhar’. Trabalho esse que é a base do seu *ethos* (ver RADIN, 2001 e 2005).

Além disso, é apresentada uma distinção: existem aqueles que

são designados com todos os atributos aqui apresentados, e aqueles do mesmo grupo étnico que não são sequer lembrados (no caso da apresentação dos *vultos* e por último de somente alguns sobrenomes). O que, de certa forma, afirma que esta comemoração e rememoração nada mais são do que apresentações da memória do grupo social dominante.

Principalmente, é na comemoração do cinquentenário e neste álbum, que são nomeados oficialmente os heróis do município – tidos como pioneiros ou desbravadores. A partir deste álbum, é possível se visualizar com mais clareza a ênfase dada pelo discurso oficializado da memória a determinando grupo étnico.

Cabe comentar também que no “histórico” realizado neste material, em momento algum foram mencionados a queima da igreja de Chapecó e do linchamento público (ver, HASS, 2003), já que esses atos foram tidos como um desgosto público, e que, de certa forma, mancharia a imagem de cidade civilizada, ordeira e de pessoas trabalhadoras.

Repercussão

A respeito da repercussão do álbum, do baile de comemoração e da realização da primeira Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó é necessária uma pesquisa com uma ênfase específica neste sentido, uma vez que, além dos materiais oficiais, seria necessário saber se as pessoas que habitavam na cidade naquele período, tinham informação sobre o que estava acontecendo e se, de alguma forma, participaram, para assim poder entender e tentar expressar como essa relação ocorreu.

Entretanto, cabe destacar que, apesar de não possuir muito conhecimento sobre esta repercussão, são notáveis algumas manchetes no jornal *Folha d'Oeste* e a reprodução até os dias atuais (realizada há cada biênio) da Efapi, que se tornou uma das mais importantes feiras de agronegócios do sul do país.

Este jornal teve um papel importante neste sentido, pois divulgou, ao longo do ano de 1967, uma série de notícias a respeito da

data comemorativa (ver BEN, 2005) e da organização da Efapi, além da produção de um caderno especial comemorativo publicado em 24 de setembro de 1967. Trata-se de uma edição especial dedicada ao cinquentenário, em que é enfatizado – como no caderno do cinquentenário - o caráter civilizatório dos homens de boa índole e trabalhadores, que fizeram de Chapecó um município de verdade. Foram novamente mencionadas os “vultos” (quase que os mesmos do Álbum do cinquentenário), a história da fundação do município, e, além de outras reportagens, também a produção de um hino do cinquentenário.

A historiadora Fernanda Ben, que também realizou uma pesquisa sobre a comemoração do cinquentenário, utilizando como fontes os materiais produzidos por este jornal (*Folha d'Oeste*) nos anos de 1966 e 1967, argumenta que os discursos expostos no jornal apresentavam um caráter desenvolvimentista, isto é, segundo ela:

De certa forma, foi a ocasião adequada para firmar às iniciativas de desenvolvimento econômico que estavam sendo traçadas pelo Estado e pelo capital agroindustrial da região. Por isso, dizeres como o ‘ano da esperança’, a ‘possibilidade de concretizar sonhos’, os ‘panoramas que poderão surgir’ precisavam ser dinamizados nos eventos da festa. (BEN, 2005, p. 01).

Neste sentido, a autora comenta que o evento do cinquentenário que teve mais destaque foi a realização da Efapi, tendo em vista que, no ato inaugural, contou com a presença do governador Ivo Silveira e sua comitiva. Sobretudo, a feira deu ênfase aos implementos agrícolas e industriais, motivados pelas transformações que o município e o país estavam passando. A autora ainda lembra que esta repercussão de um possível progresso advinha da política econômica, que vinha sendo desenvolvida no país, e que no oeste favoreceu o desenvolvimento e implantação das agroindústrias.

Esta pesquisadora chama atenção para os discursos proferidos pelos políticos e empresários que participavam da feira, enfatizando o “progresso”, o “desenvolvimento” e o “potencial de trabalho dos oestinos”.

A comemoração do cinquentenário se deu em um momento de mudança econômica na região, em que a agricultura deixava de ser voltada aos pequenos proprietários (em uma produção familiar) e passava a estar voltada à agroindústria. Foi na década de 50 que surgiram frigoríficos como “Frigorífico Comercial Marafom Ltda” (atual Cooperativa Central Oeste Catarinense) e a S.A. Sociedade e Comércio Chapecó (mais conhecida como Chapecó Alimentos), e, nos anos 70, a Sadia Agroindustrial se instalou no município.

Desta forma, os discursos comentados no texto de Fernanda Ben nos deixam claro que o “devir” de um futuro de desenvolvimento e progresso foram presentes na primeira edição da Efapi.

Esta mudança de caráter econômico que influenciou os discursos, também influenciou a forma de se contar o passado, e de se buscar neste mesmo passado, justificativas lineares que deram como resultado o presente vivido. Isto é, dizer que somente foi o passado dos migrantes “trabalhadores” e pioneiros que fez da cidade um polo do desenvolvimento, esquecendo-se de comentar o quanto este período propiciou esta expansão. Neste sentido, Giralda Seyferth, que analisa questões relacionadas sobre imigração, ao comentar sobre a relação que existe entre migrantes, artesanato e industrialização, nos diz que:

É obvio que pequenos e grandes empresas industriais hoje instaladas nas cidades têm a ver com a imigração. Na maior parte dos casos, pertencem a empresários de origem alemã, italiana ou outro. Mas dizer que a industrialização partiu do artesanato, ou que depende único e exclusivamente da imigração bem-sucedida, significa valorizar uma utopia. Utopia que as biografias de alguns industriais/imigrantes bem sucedidos, a ideologia do ‘vencer pelo trabalho’ ou o ‘mito do progresso pelo esforço próprio’ ajudam a construir [...]. Se industrialização houve é porque acorreram condições favoráveis no país, além do sucesso da imigração, a partir de determinada época (mais precisamente, a partir do advento da República). Sem essas condições, nem imigrantes, ou nem outra, fariam a industrialização. (SEYFERTH, 1990, p. 41).

Em outro sentido, a pesquisadora Helenice Rodrigues de Sou-

za (conforme argumento já colocado anteriormente) comenta que a festa de comemoração no presente utiliza-se do passado enquanto justificativa e discurso, mas visa o que ainda está por vir. Assim, segundo ela, com base na comemoração dos 500 anos do Brasil e da festa dos 200 anos da Revolução Francesa:

Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento 'rememorado', por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica. (SILVA, 2002, p. 436).

Para tanto, a comemoração do cinquentenário, que se deu no município de Chapecó, não foi somente um festejo. Mas, muito além, foi a exaltação do passado que utilizou-se como base para a produção do *Álbum do Cinquentenário*, que, por sua vez, serviu para legitimar um passado de glórias, suor, e de sucesso dos migrantes, principalmente em relação a um certo grupo social, ao qual foi atribuída a definição de pioneiros.

O mais importante de lembrar o passado é lançar bases para o futuro. Portanto, a comemoração é um marco inicial de remodelação da modernidade, ou seja, o desbravador realizou ações e lutou para que existisse essa Chapecó, e agora este projeto deve ser levado avante. Não se exalta o passado apenas por saudosismo, mas sim por necessidade de implementar e legitimar historicamente um novo projeto que se está iniciando: de desenvolvimento industrial ligado à agroindústria. Ou seja, tem-se a necessidade de recuperar o passado (a partir da memória) e de mantê-la viva, pois se fez e se fará uso dela.

Cabe comentar também (apesar de trabalhos distintos), segundo a pesquisadora Edinéia da Silva (2010, p. 129), "a construção des-

sa memória, estabeleceu para a sociedade, práticas e valores tidos como verdadeiros, por invocar como referência, um passado idealizado, enaltecendo as pessoas que dele fazem parte”.

Outra questão referente à comemoração do cinquentenário, foi que neste momento o município passou a pensar as suas memórias, as suas histórias, e lançou a ideia de que foi graças aos homens de bravura (que foram listados como vultos) que se alcançou o desenvolvimento e o sucesso. É, ainda nas palavras de Edinéia da Silva (2010, p. 29-30), a tentativa, através dos festejos, de se buscar/mostrar – e até contar (nas minhas palavras) – um passado idealizado como forma de identidade, e assim selecionando o que existiu de “melhor” neste passado.

Neste sentido, é interessante pensarmos no que Paolo Jedlowski nos chama a atenção sob o processo mnemônico (citado no início deste artigo), de que a elaboração é um trabalho particular estritamente relacionado ao funcionamento espontâneo dos mecanismos do esquecimento, que tende a descartar tudo o que é problemático (ou que é considerado problemático). E que tende, em relação aos mecanismos deliberados pelas vontades políticas, a dar à memória coletiva o serviço da construção de uma “boa identidade”. O que de fato aconteceu em Chapecó, em que foram esquecidos e descartados os indígenas, desqualificados (como incivilizados) os caboclos e exaltados os ítalo-descendentes, a fim de se manter uma boa identidade da cidade que estava se transformando.

Notas

* Este artigo trata-se do segundo capítulo modificado do meu TCC, denominado *Colonização de Chapecó: A construção da memória do pioneiro*, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. João Klug.

** Formada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente realizando Master em Imigração. *Fenômenos Migratórios e Transformações Sociais*, pelo centro de Serviço Social e Políticas Públicas da Università Ca' Foscari di Venezia/ Itália como bolsista do Ministério das Relações Exteriores do Governo Italiano.

¹ Este baile causou uma grande polêmica, que pode ser visto em BAILE de gala cinquentão. **Folha d'Oeste**, p. 01, 29 de abril de 1967, pois entendeu-se que havia muito rigor para uma festa pública.

² Este selo possui um significado atribuído pelo autor que foi impresso em **DISTINTIVO** festa da cinquentona. **Folha d'Oeste**, p. 01, 29 de abril de 1967, porém, em virtude de falha de impressão do jornal não foi possível visualizar seu significado.

³ Segundo HASS, Monica. Op. Cit. p. 78: “Com o objetivo de acabar com a campanha a favor da criação do Estado do Iguaçu, no oeste do Estado de Santa Catarina, foi criada pelo governo de Celso Ramos, pela lei 3.283, de 17 de agosto de 1963, a Secretária dos Negócios do Oeste, trazendo para a região a administração estadual e transformando Chapecó em centro regional. Instalada em 1º de dezembro do mesmo ano, tem como seu primeiro secretário, o engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, presidente do diretório do PSD local, que permaneceu no cargo até 04 de dezembro de 1969, quando passa a ocupar o cargo, o empresário Plínio Arlindo de Nés, da ARENA (Aliança Libertadora Nacional)”.

⁴ Wanceslau de Souza Breves nasceu em 1892 em São João Marcos, e morreu em 1964 em Santa Catarina, era de família abastada, foi deputado estadual em 1929, e tinha fortes relações com homens influentes da política catarinense, tendo em vista que seus padrinhos de casamento foram Dr. Victor Konder e Dr. Adolfo Konder.

⁵ Este trecho, como o posterior *A Aversão a Colonização*, fazem parte do texto *A Chapecó que eu conheci*, que foi publicado no ano de 1985 no número 06 na Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

Fontes

Álbum do cinquentenário de Chapecó: Documentário Histórico. Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

Folha d’Oeste, Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

Referências

BEN, Fernanda. **O Trabalho e a Festa:** ideias, perspectivas e ações que envolveram os festejos dos 50 anos do município de Chapecó. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/fernanda%20ben.doc>. Acesso em: 10 maio 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vertice, 1990.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer:** Chapecó, 1950-1956. Chapecó, SC: Argos, 2003.

_____. **Os partidos políticos e a elite chapecoense:** um estudo do poder local. Chapecó: Grifos, 1997.

JEDLOWSKI, Paolo. **Memoria e Modernità:** Osservazioni in margine

ad Albwacs, Benjamin e Simmel. Dipartimento Di Sociologia e Di Scienza Politica: Università degli Studi della Calabria, Rende, n. , 2005. p.1-30.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e interações sociais, In: AGAZZI, Elena; FORTUNATI, Vita. (Org). **Memória e saperi**. Roma: Meltemi, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: SP Editora da Unicamp, 1990.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1986.

PROST, Antonie. Os tempos da História. In: PROST, Antonie. **Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora**, 2008.

RADIN, José Carlos. **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba: UNOESC, 2005.

_____. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba: UNOESC, 2001.

RENK, Arlene. A colonização do oeste de catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, 2006.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

SILVA, Edinéia Pereira da. **A construção de uma memória gaúcha em Santa Catarina**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado

em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração:: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.425-438, dez. 2002.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

Abstract

In the year 1967 - by virtue of its foundation in 1917 - Chapecó was carried out on the festivities celebrating its fiftieth anniversary, where there was a number of activities throughout the year as a Gala Ball at Recreation Chapecoense Club (CRC) with the crowning of the Queen of Fiftieth Anniversary, the 1st edition of Exhibition-Fair Agricultural, Industrial and Commercial Chapecó (EFAPI) and Launching of the Album of the fiftieth Anniversary Edition. Thus, this paper aims to present and discuss the main celebration of the fiftieth anniversary of Chapecó, in 1967, and to understand the process of transforming the collective memory of determining social group in official memory of the municipality, this, in turn, permeated with ideological discourses. The purpose is to reflect how it happened, the spread of this memory, which influenced for a long time the way of thinking about the past of this city.

Keywords: Memory. Fiftieth. Chapecó.